



GT 24. Construções biográficas como narrativas do protagonismo indígena

Coordenador(es):

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Rita de Cássia Melo Santos (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Há algumas décadas o debate sobre protagonismo e “agency” vem se destacando na Antropologia, sobretudo em relação às populações indígenas. Se, por um lado, propostas vinculadas a esse movimento resultaram em uma mudança de perspectiva nos modos como essas coletividades são pensadas, por outro persiste uma dificuldade em compreendê-las como parte integrante e fundamental das múltiplas formações políticas brasileiras existentes nos períodos colonial, imperial e republicano. A outrificação e a externalidade desses grupos continuam a ser etnográfica e teoricamente produzidas, muitas vezes contrariamente à sua própria colocação política. Trata-se, em muitos casos, da manutenção de um certo exotismo, que teima em subsistir na Antropologia. Este GT pretende, ao inverso, reunir trabalhos que permitam apreender o protagonismo indígena em diferentes tempos e escalas, por meio de biografias e de modalidades associadas a essa forma narrativa (trajetórias, relatos autobiográficos, histórias de vida, etnobiografias). A escolha pelo gênero biográfico busca destacar os múltiplos trânsitos dessas populações, reconstruindo seus horizontes de possibilidade e ação a partir de situações concretas, presentes e passadas. Às contribuições teóricas do campo da Antropologia somam-se as reflexões da História, da Sociologia, dos Estudos Literários, num esforço de promover uma compreensão mais ampla do protagonismo indígena.

História e Memória do cacique João Grande/Nicué como potência de luta pela terra

Autoria: Guilherme Maffei Brandalise (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Clementine Marechal lury Fontes dos Passos Maurício Salvador

O cacique João Grande/Nicué foi uma liderança Kaingang/Coroado que até meados do século XIX defendeu o território conhecido hoje como Serra Gaúcha de diversas frentes colonizadoras. Sua biografia é diferente de outros caciques, como o Cacique Doble, considerado hoje pela maioria dos Kaingang como um ?colaboracionista? por prestar serviços militares ao Império, prejudicando dessa maneira, a resistência de outros grupos indígenas. O grupo de João Grande foi atacado em 1853, e seus descendentes se espalharam por diversas aldeias. A partir do final do século XX, estes começaram a voltar para esses territórios, tendo na memória, a lembrança da resistência de Nicué fortalecendo e afirmando sua luta pela terra. Desde 2008, um grupo de descendentes do João Grande está reivindicando o território que antigamente abrigava a aldeia principal deste cacique. Esse grupo está hoje em um processo de retomada deste território que se encontra sob posse do Instituto Chico Mendes (ICMbio) e que recentemente foi colocado na lista de concessões para iniciativa privada por parte do Ministério do Meio Ambiente, o que torna sua luta ainda mais difícil e urgente embora tenha-se evidências materiais e imateriais da presença indígena na região desde tempos imemoriais. A partir de fontes documentais históricas e de relatos orais, pretendemos narrar a vida e a morte de João Grande na história da região, partindo de sua relação conflituosa com o Estado, que se encontra também presente na memória dos seus descendentes atuais. Esses elementos poderão nos ajudar a entender a apropriação dessa memória combativa como potência de luta e resistência notadamente na Terra Indígena Konhún Mág, em Canela, que encontra-se atualmente em disputa judicial. Utilizando os métodos da etnohistória, da antropologia histórica e da história oral, nosso objetivo é salientar a importância do protagonismo dos grupos Kaingang para a construção da região, relacionada hoje nos imaginários regionais



como sendo de colonização italiana. Ficaremos atentos aos apagamentos da história indígena como fontes de legitimação de um discurso histórico eurocêntrico.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: